CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

Conteúdo programático de prática processual

DIREITO CIVIL, ADMINSITRATIVO E DO TRABALHO

ATENÇAO - Regras para elaboração da Pasta:

1. Todas as atividades devem ser realizadas de forma **MANUSCRITA**.
2. As peças **MANUSCRITAS** devem ser realizadas na **Folha Modelo 2 fase OAB FAM,** disponível no site **www.vemprafam.com.br/NPJ.**
3. Os relatórios de audiências deve ser elaborados de forma **MANUSCRITA** no formulário identificado **- Relatório de Audiências -** devidamente assinado, caso seja realizada presencial; caso seja realizada pelo site https://audienciasonline.com.br/, necessário anexar também o certificado.
4. Para a aprovação da pasta, **TODOS OS ITENS abaixo devem ser REALIZADOS e DATADOS do PRIMEIRO semestre de 2024**.
5. A **AUSENCIA** de qualquer de uma das atividades propostas gera a **reprovação** TOTAL da PASTA.
6. Todas as tarefas devem ser postadas no canvas, na data determinada, em formato **PDF em arquivo único.**

1. Prática Processual Civil

Antonia ajuizou ação sob o rito ordinário, distribuída à 34.ª Vara de Família de São Paulo – SP, com o objetivo de ver declarada a existência de união estável que alega ter mantido, de 2008 a 2015, com Paulo, já falecido. A autora arrolou, no polo passivo da lide, o nome dos herdeiros de Paulo, que, devidamente citados, apresentaram contestação no prazo legal. Preliminarmente, os réus alegaram que: a) o pedido seria juridicamente impossível, sob o argumento de que Paulo, apesar de não viver mais com sua esposa havia vinte anos, ainda era casado com ela, mãe dos réus, quando falecera, algo que inviabilizaria a declaração da união estável, por ser inaceitável admiti-la com pessoa casada; b) a autora não teria interesse de agir, sob o argumento de que Paulo não deixou pensão de qualquer origem, sendo inútil a ela a simples declaração; c) o pedido encontraria óbice na coisa julgada, sob o fundamento de que, em oportunidade anterior, a autora ajuizara, contra os réus, ação possessória na qual, alegando ter sido companheira do falecido, pretendia ser mantida na posse de imóvel pertencente ao último, tendo sido o julgamento dessa ação desfavorável a ela, sob a fundamentação de que não teria ocorrido a união estável; c) haveria litispendência, sob o argumento de que já tramitava, na 1.ª Vara de Órfãos e Sucessões de São Paulo – SP, ação de inventário dos bens deixados pelo falecido,

devendo necessariamente ser discutido naquela sede qualquer tema relativo a interesse do espólio, visto que o juízo do inventário atrai os processos em que o espólio é réu. No mérito, os réus aduziram que Paulo era homem dado a vários relacionamentos e, apesar de ter convivido com a autora sob o mesmo teto, tinha uma namorada em cidade vizinha, com a qual se encontrava, regularmente, uma vez por semana, no período da tarde. Considerando as matérias suscitadas na defesa, o juiz conferiu à autora, mediante intimação feita em 21/9/20XX (segunda-feira), prazo para manifestação. Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Antonia, redija a peça processual cabível (REPLICA) em face das alegações apresentadas na contestação. Date o documento no último dia de prazo.

2. Prática Processual Trabalhista

Evelyn Calabresa ajuizou reclamação trabalhista contra a sociedade empresária Pizzaria Chapa Quente Ltda., em 30 de janeiro de 2022, requerendo o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo. Evelyn explicou, na petição inicial, que trabalhou como cozinheira da pizzaria, de 12/07/2019 a 05/10/2021, sendo submetida a calor excessivo porque preparava as pizzas em fornos que alcançavam altas temperaturas, não recebendo qualquer equipamento de proteção individual do ex-empregador. Devidamente notificada, a sociedade empresária para se defender, o sócio lhe procura na qualidade de advogado, afirmando que a temperatura do local de trabalho estava dentro do limite de tolerância e que, apesar de ser uma empresa pequena e familiar, fornecia todos os equipamentos de proteção à empregada, requerendo assim sua atuação no caso para improcedência do pedido. Desta forma, como advogado da Pizzaria redija a peça competente.

3. Prática Processual Administrativa

A secretaria de educação do município Alpha pretende adquirir materiais elétricos para realizar manutenção e pequenos reparos nas dependências do próprio órgão. Após o levantamento detalhado dos materiais necessários, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, foi realizada pesquisa mercadológica e elaborado mapa de preços, cujo valor total atingiu a quantia de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, responda justificadamente: a) qual a modalidade de licitação que deve ser adotada; b) quais

os possíveis critérios de julgamento a serem aplicados para a escolha da vencedora; c) quais as etapas a serem realizadas da fase preparatória do procedimento licitatório.

4. Audiências e visitas especificadas

4.1. Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do Comum**, de forma presencial ou pelo site https://audienciasonline.com.br/, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado.**

4.2. Assistir 03 (três) **audiências** de custódia, da **Justiça Comum Criminal**, de forma presencial ou pelo site https://audienciasonline.com.br/, preenchendo o **relatório de audiências** e colhendo as devidas assinaturas e, anexando **o certificado.**

4.3. Realizar 01(uma) **visita presencial** à escolha do aluno. A visita poderá ser a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciaria, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **apresentando relatório**, acompanhado de **carimbo e assinatura** do responsável do referido órgão.

5. Prática Jurídica Real – 40 horas

- A prática jurídica real poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.
- A prática jurídica real também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas no campus AUGUSTA E MOOCA** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva. Para a comprovação desta tarefa, os alunos deverão a cada dia de comparecimento solicitar ao advogado responsável o preenchimento e assinatura em formulário próprio.